

EDITORIAL**O LIVRO PORTUGUÊS NO BRASIL**

Dr. Antônio Gomes da Costa

Há poucos dias, no Real Gabinete Português de Leitura, estiveram reunidos professores universitários brasileiros e portugueses a discutir o problema do livro nas relações culturais entre os países lusófonos e, de modo especial, entre o Brasil e Portugal.

O tema é complexo e não tem sido fácil encontrar soluções, por maior que seja o empenho de todas as partes envolvidas – autores, casas editoras, livrarias e os próprios governos. Os impasses vêm de longe, desde o tempo das edições “piratas” que já irritavam o Eça de Queiroz e o Ramalho Ortigão, na altura em que publicavam “As Farpas”, até à controvérsia criada em torno das traduções de obras estrangeiras que, em muitos casos, são negociadas, em caráter de exclusividade, ora para o espaço português, ora para o espaço brasileiro.

Apesar das diversas vicissitudes do “senhor mercado”, houve época, lá pelos meados do século XX, em que o livro brasileiro era vendido regularmente em Portugal – as obras de Jorge Amado, de Érico Veríssimo, de Gilberto Freyre, de Manoel Bandeira, de Josué Montello, de João do Rio, de Álvaro Moreira e de muitos outros estavam nas prateleiras não apenas das livrarias da “baixa” lisboeta, mas também nas de qualquer loja da província. Da mesma forma que o livro português chegava ao Brasil com pontualidade, vindo nos navios da Cia. Nacional de Navegação ou da “Mala Real” inglesa, sobretudo ao Rio de Janeiro e a São Paulo, destinado às livrarias especializadas em autores portugueses, como era o caso da “Livros de Portugal”, dirigida por Antonio Pedro Martins Rodrigues, da “Morais” ou da “Acadêmica”, tendo a elas se juntado, numa fase seguinte, a Livraria Camões, extensão da “Casa da Moeda” de Lisboa, que primava pelas edições excelentes de autores clássicos. Esse foi um período em que tivemos de um lado e do outro do Atlântico uma geração de intelectuais e de mestres universitários, de escritores e de jornalistas, de acadêmicos e de Homens de pensamento, que em sintonia com políticos influentes, procurou enriquecer e dar corpo a uma comunidade de raiz lusíada em todos os domínios. E

o livro, nessa arquitetura, era uma lançadeira importante. Nas pautas de importação e exportação, ainda que medíocres no volume e centradas em meia-dúzia de artigos de sobremesa, ou da saúde, o intercâmbio do livro, revistas e jornais ocupava um dos lugares cimeiros, juntamente com os vinhos e os azeites.

Nas últimas décadas do século passado, entretanto, tivemos reflexos muito negativos que afetaram esse comércio, sobretudo a importação do livro português. Primeiro, vieram as razões de natureza econômica: era impossível fixar um preço razoável para a venda do livro importado com as desvalorizações de um câmbio descontroladamente variável e o empate de capital a juros exorbitantes. Depois, as profundas mudanças políticas, culturais, sociais e no ensino ocorridas nos dois países (no Brasil chegou-se a acabar com os cursos de Literatura Portuguesa numa altura em que bons especialistas implicavam com eles) cortaram o fascínio recíproco que existia antes pelos autores de um e de outro país e não se chegaram a conhecer os escritores mais novos salvo raras exceções.

Coincidiram com essa fase os espasmos das crises econômicas, os pequenos investimentos dos governos para criar focos de difusão da cultura nacional no estrangeiro, o desprezo dos currículos na apreciação dos conteúdos gerados no outro país, as perdas no hábito da leitura e assim por diante.

O resultado de tudo isso fez com que nos últimos anos a solução para o problema do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal passasse a ser uma só: a edição no Brasil de autores portugueses e a edição em Portugal de autores brasileiros. Estão aí os casos bem sucedidos de José Saramago ou de Miguel Sousa Tavares, deste lado do Atlântico, ou de Paulo Coelho e Nélida Piñon do lado de lá.

É claro que esta solução é facilitada quando se trata de autores conhecidos em que o risco das editoras é pequeno, ou nulo. No entanto, quando estão em causa obras de escritores pouco conhecidos, ou mesmo de outros que apesar do prestígio interno, resistem à edição, tudo se paralisa de novo. E nem o apoio que vem sendo dado pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas a algumas editoras brasileiras tem sido suficiente para estimular o lançamento dos novos valores literários. É só ir ao Real Gabinete Português de Leitura e verificar como há autores de sucesso em Portugal que são completamente ignorados no Brasil.

A verdade é que sem o livro, como instrumento difusor, e sem os programas de ensino nas escolas e nas universidades, com grelhas de matérias em que apareça transversalmente a produção de conhecimento do outro país, brasileiros e portugueses cada vez mais terão modos diferentes de entender e apreciar as próprias raízes.